



Relatório e Contas | Junho

IMGA Euro Taxa Variável

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

i m gestão de ativos
sgoic

2025

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos Obrigações	13
Informação relativa à Gestão do Fundo	15
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	17
Eventos Subsequentes	18
Notas Informativas	19
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Relatório de Auditoria	49



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

O fundo foi constituído em 23 de maio de 2011, quando incorporou a totalidade do património dos Fundos Millennium Obrigações - Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Variável, Millennium Obrigações Mundiais – Fundo de Investimento Aberto de Obrigações de Taxa Variável e Millennium Disponível – Fundo de Investimento Aberto de Tesouraria que, na mesma data, foram objeto de fusão por criação de um novo fundo, o que implicou a sua extinção.

Em 2015 alterou a sua denominação para IMGGA Euro Taxa Variável, em linha com a alteração da denominação de todos os fundos geridos pela IMGGA, na sequência da aquisição da Millennium Gestão de Ativos ao Millennium bcp.

A Categoria I de Unidades de Participação deste fundo constituiu-se em 22 de março de 2024.

A Categoria R de Unidades de participação deste fundo constituiu-se em 3 de maio de 2021.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço**Demonstração de Resultados****Demonstração de Fluxos de Caixa****Anexo às Demonstrações Financeiras****Relatório de Auditoria****Síntese da Evolução dos Mercados**

O primeiro semestre de 2025 ficou marcado por elevados níveis de volatilidade, quer económica, quer nos mercados financeiros e respetivo aumento dos riscos de abrandamento severo do ritmo de atividade, em larga medida induzidos pelas políticas da nova Administração Trump.

Logo à partida, a expectativa era de desaceleração do ritmo de crescimento económico das principais economias mundiais, para um regime mais próximo do potencial. O ciclo económico previa-se, ainda assim, suportado por fundamentais resilientes, como a solidez do balanço das famílias e empresas na generalidade das economias desenvolvidas, por níveis ainda robustos de crescimento do rendimento real disponível, e pelo impulso relacionado com os cortes de taxas diretoras dos bancos centrais e as políticas orçamentais mais expansionistas em alguns países.

Apesar de as expectativas macroeconómicas não estarem desajustadas da realidade, o tema dominante do primeiro semestre de 2025 foi o impacto das políticas e da retórica da Administração Trump.

Efetivamente, desde o início do seu segundo mandato, Donald Trump executou um número recorde de ordens executivas, que incluíram desde a reversão de medidas/políticas da administração anterior, até à imposição de tarifas comerciais na persecução de múltiplos desígnios de política externa.

O recurso a este instrumento evoluiu em crescendo. Logo no dia da inauguração, Donald Trump emitiu um memorando denominado “*America First Trade Policy*” que instruiu a investigação de práticas comerciais injustas a vários departamentos governamentais, assim como a viabilidade da criação de um serviço externo de receitas para cobrar tarifas e outras receitas relacionadas com o comércio externo, e a análise das causas dos défices comerciais dos EUA e as suas implicações económicas para a segurança nacional, recomendando medidas como uma tarifa suplementar global para suprir tais défices.

Seguiram-se múltiplos anúncios de tarifas, que visaram numa fase inicial o México, o Canadá e a China (25%, 25% e 10%, respetivamente), no âmbito da crise de opióides nos EUA, que viriam a ser reforçadas no caso chinês para 20%. Foram ainda implementadas tarifas setoriais sobre os automóveis, o aço e o alumínio e mesmo, de forma mais mediática e extrema, tarifas “recíprocas” generalizadas com a quase totalidade dos parceiros comerciais dos EUA (excluindo a Rússia, Bielorrússia, México, Canadá e Cuba), que variaram entre um mínimo de 10% e um máximo de 50%.

A pressão diplomática/judicial doméstica e a resposta à reação tumultuosa dos mercados financeiros, estiveram na origem da “pausa” das tarifas recíprocas, anunciada por Donald Trump no dia 9 de abril. A referida pausa

fixou as tarifas recíprocas durante um período de 90 dias (até 9 de julho) num nível base de 10%.

Apesar da postura hostil dos EUA, as retaliações dos seus parceiros comerciais foram relativamente contidas, à exceção da China, que depois de igualar a tarifa recíproca dos EUA (34%), desencadeou uma escalada contínua de ambas as partes. Esta escalada culminou em tarifas de 145% cobradas pelos EUA e 125% de tarifa chinesa sobre os bens norte-americanos, níveis que ameaçaram paralisar as trocas comerciais, impactar o funcionamento das cadeias de abastecimento e mesmo uma recessão global.

Desde então, e até ao final do primeiro semestre, assistiu-se a um retrocesso relevante das tarifas dos EUA.

Depois de um período de suspensão das conversações entre os EUA e a China, cedências de ambas as partes relacionadas com o restabelecimento do fornecimento de bens e de outras matérias de cariz diplomático, permitiram reduzir drasticamente as tarifas cobradas por ambos os blocos, para 30% pelos EUA e para 10% pela China.



Não obstante, o nível médio de tarifas cobradas pelos serviços fronteiriços dos EUA permanece, mesmo depois do retrocesso das tarifas dos EUA sobre os bens provenientes da China, historicamente elevado. Depois de atingir um nível máximo estimado de aproximadamente 30% em abril, a tarifa média terminou o trimestre próxima de 15%, o que ainda assim representa o patamar mais elevado desde 1938. Nota adicional para o facto de estarem ainda pendentes tarifas setoriais, sobre os fármacos, a madeira, os semicondutores, o equipamento eletrónico, o cobre, etc., que poderão impulsionar o nível médio das tarifas dos EUA para níveis próximos ou mesmo acima de 20% nos próximos meses.

A imposição de tarifas originou um fenómeno de antecipação de importações, o que impulsionou as exportações de vários blocos económicos para os EUA e, conseqüentemente, também o perfil de crescimento do PIB no primeiro trimestre de 2025. A União Europeia esteve entre os principais beneficiários deste fenómeno, com as exportações da região para os EUA a exibirem um crescimento de 74,1% em março, comparativamente ao nível de final de 2024 e de 64% em termos homólogos.

Destaque principal para o crescimento das exportações da Irlanda (+396,6% face ao período homólogo) e da Suíça (+342,9% em termos homólogos).

O impacto das políticas da Administração Trump à escala global não se resumiu à temática das tarifas comerciais. A postura adversa contra a União Europeia, no âmbito geopolítico, com destaque para o afastamento dos EUA da UE em matérias como o apoio militar à Ucrânia, teve implicações significativas na região. Desde logo, poucos dias após a vitória nas eleições na Alemanha, a 23 de fevereiro, a CDU iniciou conversações com o SPD para a formalização de uma coligação governativa e para a flexibilização do travão da dívida. O resultado das conversações seria revelado apenas alguns dias depois, com um acordo preliminar para um fundo de investimento em infraestruturas de 500 mil milhões – equivalente a cerca de 11% do PIB – e para o reforço substancial dos gastos em defesa.

De forma relacionada, foi igualmente lançada a iniciativa ReArm da UE, que entre outras medidas oferece assistência financeira para gastos em defesa e permite a ativação da cláusula de escape, um mecanismo de flexibilização que prevê um

desvio temporário das regras de disciplina orçamental para acomodar o aumento dos gastos em defesa pelos Estados-Membro da união.

Em suma, a expectativa de maior impulso orçamental na região e de investimento/revitalização da competitividade da economia alemã originou perspetivas macroeconómicas mais benignas para a Área do Euro, embora maioritariamente numa perspetiva de médio-prazo.

Como referido anteriormente, o fenómeno de antecipação das tarifas comerciais significou distorções económicas significativas ao longo do primeiro trimestre de 2025. O PIB dos EUA contraiu 0,5% no primeiro trimestre do ano, o que correspondeu ao pior trimestre desde 2022. O consumo privado cresceu apenas 0,5%, o pior trimestre desta rubrica desde o pico da pandemia, impactada pelas condições meteorológicas desfavoráveis nos meses de janeiro e de fevereiro.

A formação bruta de capital fixo cresceu 1,3% no período, impulsionada pelo investimento em equipamento, potencialmente relacionado com a antecipação das tarifas. Ainda assim, as rubricas mais

impactadas por esse tema foram as importações (crescimento anualizado de 38%, que motivou um contributo negativo das exportações líquidas de -4,6%) e a acumulação de inventários (contributo de +2,6% para o crescimento anualizado do PIB no 1º trimestre).

Tendo em conta a origem da contração do PIB nos primeiros três meses do ano, muito baseada na antecipação de importações e em outros fatores transitórios, antecipa-se alguma recuperação no segundo trimestre. Ainda assim, é esperado um crescimento modesto no segundo semestre de 2025, fruto do impacto económico negativo da agenda económica da Administração Trump, assim como do menor ímpeto do investimento em estruturas e da menor dinâmica do mercado laboral.

Ao contrário dos EUA, a Área do Euro viu-se penalizada por um conjunto de fatores que condicionaram o seu ritmo de crescimento no período pós-COVID, entre os quais um menor impulso orçamental, o impacto da crise energética e o menor impulso associado ao investimento tecnológico.



Mais recentemente, a expansão orçamental, a queda dos custos energéticos e os cortes de taxas de juro do Banco Central Europeu deverão contribuir para um enquadramento económico mais favorável na região.

Por outro lado, apesar da retoma do ritmo de crescimento da Área do Euro nos últimos quatro trimestres, e em particular no primeiro trimestre de 2025 (+0,6% em cadeia), e de esta ter assentado num desempenho razoável do consumo privado, houve igualmente contributos significativos de rubricas de investimento impulsionadas pelo desempenho da Irlanda, a par do contributo relevante do crescimento das exportações no primeiro trimestre de 2025. É, assim, expectável que o ritmo de crescimento nos próximos trimestres seja mais modesto, com base na reversão parcial do crescimento das exportações e no impacto económico das tarifas comerciais dos EUA.

O crescimento de 1,2% em cadeia do PIB da China nos primeiros três meses de 2025 constituiu uma surpresa positiva para os investidores, assente no bom desempenho do consumo privado, na resiliência das exportações e no crescimento suportado do investimento não residencial. Não obstante,

continua a ser notório o papel dos estímulos orçamentais e monetários, com vista à dinamização da procura doméstica, sendo expectável o anúncio de estímulos adicionais até ao final de 2025. Em oposição, a situação vulnerável do mercado imobiliário manteve-se no decorrer do primeiro semestre e apesar das medidas estatais para estabilizar este segmento, não se projeta uma retoma relevante neste segmento até ao final de 2025.

A trajetória inflacionista manteve-se globalmente descendente ao longo dos primeiros seis meses do ano, embora no caso das principais economias desenvolvidas ainda em níveis próximos ou acima do objetivo dos bancos centrais.

Depois de leituras algo pressionadas entre dez-24 e jan-25, a inflação nos consumidores nos EUA retomou a trajetória de arrefecimento nos meses seguintes, o que contribuiu para o retrocesso da inflação homóloga para 3,4% em maio, próxima de mínimos desde o início de 2021. Embora a inflação no segmento dos serviços permaneça excessiva, em 3,4%, o seu nível é já algo inferior aos 3,9% no final de 2024.

Não obstante a evolução algo favorável da

inflação nos EUA ao longo dos últimos meses, são já visíveis alguns sinais de contágio das tarifas na inflação, uma tendência que se deverá acentuar nas leituras inflacionistas do terceiro trimestre do ano. Esta tendência estará não só relacionada com a transmissão (pelo menos parcial) das tarifas aos consumidores, mas também com o impulso inflacionista decorrente da depreciação do dólar. Por outro lado, a quebra da cotação das matérias-primas energéticas e da inflação nos serviços, em particular no segmento imobiliário, poderão anular parte da aceleração da inflação perspectivada para os EUA.

A inflação europeia confirmou as expectativas de retrocesso ao longo do primeiro semestre de 2025, com um abrandamento de 2,5% para 2% da inflação total, em termos homólogos, entre dezembro de 2024 e junho de 2025. Embora a inflação subjacente permaneça ainda acima do objetivo do banco central, também essa rubrica assinalou uma moderação de 2,7% para 2,3%, no mesmo período. À semelhança do caso norte-americano, também aqui a inflação nos serviços permanece pressionada (3,3%), embora igualmente numa trajetória

descendente desde o final de 2024 (4,0%), sendo expectável que a desaceleração do crescimento dos salários consolide o retrocesso da inflação nesta rubrica. A valorização do euro e a queda dos preços das matérias-primas energéticas estão igualmente entre os potenciais drivers das menores pressões inflacionistas esperadas no segundo semestre de 2025.

O perfil de desinflação e as perspetivas de continuidade deste processo na Área do Euro contribuíram para a postura ativa do Banco Central Europeu, com cortes acumulados de 100 pontos base da sua taxa diretora, para 2% em junho. De acordo com estudos empíricos do banco central, a sua taxa diretora estará agora no intervalo estimado (entre 1,75% e 2,25%) para a taxa de juro de equilíbrio/neutral. Tal deverá significar uma postura mais expectante do banco central no segundo semestre.

O BCE deverá ainda assim voltar a cortar a sua taxa diretora em 2025, com enviesamento para cortes adicionais em caso de abrandamento económico mais pronunciado ou de uma desaceleração mais significativa da inflação.



O perfil modesto da inflação justificou cortes pronunciados de outros bancos centrais, incluindo os 100pb do Banco Central da Dinamarca e os 50pb do Banco Central da Suíça, para 1,6% e 0%, respetivamente. Apesar dos níveis ainda excessivos da inflação, também o Banco de Inglaterra cortou as suas taxas diretoras em 50pb em 2025.

Numa perspetiva relativa, a missão da Reserva Federal dos EUA é francamente mais desafiante. Não obstante o progresso desinflationista atingido nos últimos meses, esta não só permanece acima do objetivo, como deverá acelerar no decorrer do segundo semestre do ano, o que, em combinação com o perfil ainda resiliente da generalidade dos indicadores de atividade, justificou a ausência de cortes de taxas diretoras pelo banco central, bem como a sua retórica mais cautelosa, pese embora os níveis ainda historicamente elevados da sua taxa de referência (4,5%).

Em contraciclo com os demais, o Banco do Japão voltou a subir a sua taxa diretora em janeiro, no seguimento da evidência de fortalecimento das pressões inflacionistas, embora estas dinâmicas ainda estejam pelo menos em parte relacionadas com a depreciação do iene.

O clima de incerteza macroeconómica e geopolítica descrito esteve na origem do aumento significativo da volatilidade dos mercados financeiros ao longo do primeiro semestre de 2025.

Embora os cortes de taxas de juro do BCE tenham mantido as taxas de juro de mercado ancoradas nas maturidades mais curtas dos emitentes da região (-22pb desde o início de 2025 na Alemanha), o aumento dos gastos em defesa e em infraestruturas, a perspetiva de aumento da emissão de dívida e a antecipação de maior crescimento potencial alimentou subidas das taxas de juro das maturidades mais longas e originou o aumento da inclinação da curva de rendimentos.

Assistiu-se assim a uma subida de 24pb das taxas de juro com maturidade a 10 anos da Alemanha, para 2,6%. A variação de taxas em França, Espanha e Portugal foi mais contida, o que originou estreitamentos dos respetivos spreads. A perceção de estabilidade política em Itália e o sucesso na gestão das necessidades de financiamento contribuíram mesmo para a queda da yield a 10 anos no primeiro semestre do ano, o que conduziu o respetivo *spread* contra a Alemanha a mínimos desde 2010 (87pb).

Nos EUA, o movimento a taxa de juro a 10 anos foi descendente (-34pb), para 4,23%. O prazo com maturidade a 2 anos assinalou uma quebra mais pronunciada, de 52 pb, fruto da expectativa de cortes de taxas diretoras pela Fed, com vista à minimização dos impactos económicos adversos da Administração Trump.

Os movimentos descritos das curvas de taxa de juro traduziram-se em ganhos para os índices governamentais, mais modestos para o índice europeu, que valorizou 0,52%, enquanto o índice de dívida agregada norte-americana ganhou 3,02% no semestre (em moeda local).

O desempenho da dívida empresarial europeia contou não só com o contributo dos níveis atrativos de taxas, mas igualmente do estreitamento adicional dos spreads de risco, tanto no segmento de *investment grade* como na dívida *high-yield* (-10 e -6pb no semestre), o que resultou em valorizações de 1,39% e 2,73%, respetivamente.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos *spreads* (25pb

no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+4,2%).

Apesar da volatilidade exibida pela dívida empresarial *high-yield* dos EUA – relacionada com a evolução dos riscos de recessão – e da subida (marginal) do spread desse segmento no semestre, o nível absoluto de taxas (*carry*) e a queda da taxa de juro soberana contribuíram para ganhos de 4,6% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA valorizou 1,8% no semestre.

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre 4,2% e 4,7% da dívida empresarial e soberana no semestre, respetivamente.

A trajetória de depreciação do dólar beneficiou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local e resultou numa valorização próxima de 12% desse segmento.



Apesar do enquadramento macroeconómico descrito e do surgimento de forças potencialmente disruptivas – como o *Deepseek* – os mercados acionistas dos EUA mantiveram-se resilientes e somaram ainda assim ganhos. Não obstante a compressão dos múltiplos dos principais índices, estes mantiveram-se suportados pelo crescimento resiliente dos resultados empresariais e pelo *guidance* ainda favorável, o que resultou em valorizações de 5,5% quer do S&P500 quer do Nasdaq.

O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+11,96%), de telecomunicações (+10,6%) e de financeiras (+8,4%), com consumo discricionário (-4,2%) e de saúde (-2,0%) entre os piores. As

empresas de menor capitalização bolsista voltaram a estar pressionadas (-2,5%).

Na Europa, o índice MSCI valorizou 9,2%, impulsionado pela valorização das praças alemã (+20,1%) e espanhola (+20,7%), com o índice francês CAC entre os menos bem-sucedidos (+3,9%) no semestre.

Os títulos de menor capitalização bolsista beneficiaram da expectativa de maior dinamismo da procura doméstica europeia e somaram uma valorização semestral de 12,6%.

Nos mercados cambiais, a moeda única europeia esteve em plano de destaque contra o cabaz dos seus parceiros comerciais

e encerrou o período com uma apreciação de 5,9%, beneficiada pelas perspetivas mais favoráveis para o crescimento potencial da região.

Não obstante a diferenciação de políticas monetárias entre os EUA e a Área do Euro ao longo do primeiro semestre de 2025, o euro averbou ainda assim ganhos de 13,8% contra o dólar dos EUA, com base na deterioração das perspetivas económicas para os EUA, na erosão associada à trajetória orçamental e da dívida pública, bem como outras políticas nocivas da Administração Trump. O cabaz representativo das divisas de mercados emergentes valorizou cerca de 8% no primeiro semestre de 2025.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 3,3% nos primeiros seis meses do ano, embora marcado por uma elevada disparidade de performances.

O segmento com maiores ganhos foi o de metais preciosos, com valorizações de 26% do ouro e de 25% da prata, acompanhados pela valorização de 23,5% do cobre. Apesar do insucesso de Trump nas negociações de paz entre a Rússia e a Ucrânia, e da intensificação das tensões geopolíticas no Médio Oriente, as perspetivas económicas mais fragilizadas e o aumento de produção da OPEP resultaram numa quebra superior a 8% da cotação do barril do Brent.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Principais Eventos

NOVAS ENTIDADES COMERCIALIZADORAS

A **11 de abril** foi incluído o **Banco Bic Português** como entidade comercializadora da Categoria A do Fundo IMGA Money Market Eur.

NOVOS FUNDOS

● **IMGA Crescimento PPR/OICVM**

A **30 de abril** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma.



ATUALIZAÇÕES/ALTERAÇÕES DOS DOCUMENTOS CONSTITUTIVOS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **18 de fevereiro** foi concluído o processo da 1ª atualização anual dos documentos constitutivos de toda a oferta de fundos de investimento mobiliário da IMGA.

● A **14 de maio** foi concluída a 2ª atualização anual obrigatória dos documentos constitutivos dos fundos, com a Taxa de Encargos Correntes (TEC) atualizada com referência ao ano de 2024.

PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS E CONTAS DOS FUNDOS GERIDOS PELA SOCIEDADE

● A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos IMGA.

INFORMAÇÕES RELACIONADAS COM A SUSTENTABILIDADE

● A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2024.



EVENTOS REGULATÓRIOS

-
- A horizontal timeline with three circular markers. The first marker is on the left, the second is in the middle, and the third is on the right. Dotted lines connect each marker to its corresponding text block.
- A **27 de janeiro** foi publicada a Circular 1/2025 da CMVM relativa ao Value for Money de Instrumentos Financeiros
 - A **19 de fevereiro** foi publicada a Circular 2/2025 da CMVM, circular anual em matéria de gestão de ativos, onde estão identificadas as principais atividades de supervisão em matéria de gestão de ativos.
 - A **17 de abril** foi publicado, em Diário da República, o Regulamento da CMVM nº 3/2025, que introduz alterações num conjunto de regulamentos e que adapta os deveres de reporte de natureza prudencial pelas sociedades gestoras.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos de Obrigações

Com a redução gradual das taxas de juro pelos bancos centrais, incluindo o corte de um total de 100 pontos base por parte do BCE em 2025, o contexto manteve-se relativamente favorável para os fundos de obrigações. O setor beneficiou também da diminuição dos spreads de crédito e de alguma estabilidade nos resultados das empresas.

Segundo a APFIPP, os ativos sob gestão no segmento de obrigações em Portugal aumentaram 12,8% no primeiro semestre de 2025, atingindo €4.308 milhões no final de junho. No universo da oferta da IMGA, os ativos sob gestão registaram uma ligeira redução neste segmento, passando de €902,8M em dezembro de 2024 para €894M em junho de 2025, o que traduz uma variação de -1% no semestre, em grande medida condicionada pelo vencimento de dois fundos com maturidade definida ao longo deste período.

No que diz respeito ao desempenho, as rendibilidades foram diferenciadas em função da composição dos ativos e das estratégias de cada fundo. Destaca-se, pela positiva, o IMGA Rendimento Mais,

que valorizou cerca de 1,8% na sua categoria institucional e 1,5% na de retalho, no semestre, beneficiando de uma yield mais elevada e do estreitamento dos spreads de crédito. Com comportamento não tão favorável esteve o IMGA Dívida Pública Europeia com uma performance quase nula no semestre.

Em termos de captação de investimento, os fundos de obrigações apresentaram subscrições líquidas que totalizaram €35M no semestre, evidenciando-se os fundos IMGA Euro Taxa Variável e IMGA Portuguese Corporate Debt evidenciaram-se com subscrições líquidas de €16,8M e €13,5M, respetivamente. No caso do fundo dedicado à dívida empresarial nacional, este crescimento dos ativos sob gestão representa um aumento de 57,3% face ao final do ano.

A alocação de ativos procurou manter uma abordagem equilibrada, centrada na qualidade do crédito e na procura de oportunidades seletivas, ajustando sempre a gestão ao contexto de mercado.

FUNDOS DE OBRIGAÇÕES	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A	3,96%	0,92%	2	3,48%	0,93%	2	1,52%	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R	3,96%	0,92%	2	3,45%	0,93%	2	1.51% (*)	0,98%	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	4,37%	0,92%	2	3.83% (*)	0,94%	2	1.76% (*)	0,99%	2
CA RENDIMENTO	3,77%	0,56%	2	3,53%	0,95%	2	1,34%	1,10%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT A	4,39%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1,09%	1,65%	2
IMGA RENDIMENTO SEMESTRAL CAT R	4,40%	1,41%	2	3,79%	1,54%	2	1.14% (*)	1,65%	2
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT R	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA PORTUGUESE CORPORATE DEBT CAT P	4,00%	1,39%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT A	3,04%	5,05%	4	0,94%	4,58%	3	-1,26%	4,21%	3
IMGA DÍVIDA PÚBLICA EUROPEIA CAT R	3,04%	5,05%	4	0,96%	4,59%	3	-1.2% (*)	4,21%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT A	5,22%	2,76%	3	4,63%	2,93%	3	0,78%	2,89%	3
IMGA RENDIMENTO MAIS CAT I	5.74% (*)	-	-	5.16% (*)	-	-	1.29% (*)	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3Y 2,25% SERIE I CAT A	2,83%	0,30%	1	-	-	-	-	-	-
IMGA FINANCIAL BONDS 3,5 Y CAT A	1,44%	1,59%	2	-	-	-	-	-	-
IMGA OBRIGAÇÕES GLOBAIS EURO 2026 SERIE I	-	-	-	-	-	-	-	-	-

(*) Considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

A Categoria A do fundo IMGA Obrigações Globais Euro 2026 Serie I, constitui-se em julho de 2024 pelo que não têm rendibilidade a 1 ano.

As Categorias R e P do fundo IMGA Portuguese Corporate Debt constituíram-se, respetivamente, a 27 de junho de 2024 e 16 de maio de 2024, pelo que não têm rendibilidades a 3 e 5 anos.

Data de referência: 30 de junho de 2025

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2025 foi marcado por elevada volatilidade nos mercados financeiros, impulsionada por conflitos geopolíticos em várias partes do mundo - incluindo a guerra na Ucrânia, o conflito na Faixa de Gaza, crises humanitárias e tensões entre grandes potências económicas como os Estados Unidos e China – e ainda pela adoção e retaliação de políticas comerciais protecionistas e por ajustamentos das políticas monetárias dos principais bancos centrais.

Apesar de se manter resiliente, a economia americana começou a dar sinais de abrandamento, com o PIB a recuar 0,5% no primeiro trimestre de 2025. A imposição de novas tarifas comerciais pela Administração Trump reacendeu os receios inflacionistas e aumentou a incerteza quanto ao rumo da política monetária. Ao mesmo tempo, as preocupações em torno da sustentabilidade orçamental e do aumento da dívida pública penalizaram o mercado de *Treasuries*. Ainda assim, a robustez do mercado laboral tem permitido à Reserva Federal adotar uma abordagem cautelosa, sem pressa em avançar com novos cortes de taxas. Na Europa, o BCE continuou o processo de normalização da Política Monetária, contudo, os dados mistos (inflação subjacente elevada, crescimento fraco e instabilidade política) limitam o espaço para novos cortes.

Na frente europeia, o maior destaque vai para o *sell-off* histórico dos *Bunds* em março, após os anúncios de um vasto pacote de investimento em defesa por parte da Alemanha e da queda do *debt-brake*, o que se traduzirá num aumento significativo da dívida emitida pelo país nos próximos anos. Assim, as yields terminaram o semestre a subir de forma significativa nos médio e longo prazos, tendo caído nos prazos mais curtos, nas duas curvas de referência. A dívida periférica europeia manteve o bom desempenho, tendo-se destacado Itália pelos bons resultados de execução orçamental do governo de Meloni. França registou uma recuperação relativa, apesar do contexto político fragmentado.

No mercado de crédito privado, os spreads de *Investment Grade* mostraram resiliência, com pequenos estreitamentos de spread no semestre, enquanto o *High Yield* saiu penalizado pelos receios em torno do crescimento. Destaque positivo para o retorno total das classes mais arriscadas, nomeadamente AT1. O mercado primário manteve-se dinâmico, com forte procura por novas emissões, mesmo em períodos de maior incerteza. A resiliência dos emitentes não-financeiros e a qualidade dos ativos dos emitentes financeiros continuam a sustentar os *spreads*, apesar do elevado nível de incerteza que persiste para o segundo semestre.

O Fundo IMGA Euro Taxa Variável iniciou o ano de 2025 posicionado para uma queda das taxas de juro europeias e um estreitamento de spreads, tendo em conta a fragilidade do crescimento europeu e potencial impacto das tarifas americanas, a trajetória descente da inflação, a normalização da política monetária já iniciada em 2024 e o valor identificado no crédito europeu. Contudo, perante o contexto descrito anteriormente, o fundo acabou por gerir a duração de forma dinâmica e conservadora, evitando a penalização excessiva provocada pela subida das taxas e procurando aumentar progressivamente a duração em momentos de subida das taxas de juro através do reinvestimento a remunerações mais elevadas. A cobertura de taxa de juro, ainda que parcial, teve um impacto positivo na performance do Fundo durante o primeiro semestre do ano.

Em termos de risco de crédito, foi privilegiado o segmento de *Investment Grade*, tendo em conta a natureza do fundo e a incerteza económica identificada. O investimento em dívida subordinada e dívida híbrida foi também gerido de uma forma conservadora e teve um contributo positivo para a performance do fundo.



O fundo manteve níveis adequados de liquidez tendo em conta a volatilidade deste período. A participação em mercado primário ocorreu como forma de rebalancear a carteira, bem como para aproveitar os prémios oferecidos neste mercado.

Assim, o desempenho do Fundo durante o primeiro semestre de 2025 resultou da redução dos prémios de risco de crédito, em especial no segmento de maior risco de crédito. A subida das taxas de juro sem risco de médio e longo prazo penalizou a performance do fundo, em parte mitigada pela cobertura através de futuros.

No final de junho, o fundo IMGA Euro Taxa Variável apresentou uma rentabilidade efetiva nas categorias A e R de 1,4% a 6 meses e de 4,0% a 12 meses. Na categoria I esta rentabilidade foi de 1,6% no semestre e 4,4% nos últimos 12 meses.

O valor líquido global do fundo ascendeu a €262,7M, um aumento de 8,4% face aos €242,3M de dezembro de 2024.

Foram registadas vendas líquidas de €16,8M, com subscrições de €36,3M e resgates de €19,5M.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2025

Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número A 30/06/2025
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	156 898	284 354	3
Administradores independentes	21 750	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	25 145	-	4
Colaboradores			
Colaboradores	1 177 153	451 169	51

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2025.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, a quem foram pagos €31.980

pelos serviços prestados nesse âmbito. No primeiro semestre de 2025 foram pagos €9.554 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz um Relatório anual sobre a Política de

Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2024, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2025, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2025

A **14 de agosto** foi autorizada pela CMVM a constituição do Fundo BTG Pactual GV Corporate Bonds 60/40 – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Obrigações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

IMGA Euro Taxa Variável - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Elementos Identificativos

Tipo de Fundo:

Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações

Data de Constituição:

23 de maio de 2011

Sociedade Gestora:

IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.

Banco Depositário:

Banco Comercial Português, S.A.

Valor da Carteira:

(30 de junho de 2025)

262 740 201 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	jun/2025
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A										
Rendibilidade	0,7%	0,6%	-2,4%	2,2%	0,2%	-0,2%	-3,9%	4,3%	4,6%	1,4%
Risco (nível)	2	1	2	2	3	1	2	2	2	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-4,0%	4,3%	4,7%	1,4%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	2	2	2	2
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I										
Rendibilidade	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1,6%
Risco (nível)	-	-	-	-	-	-	-	-	2	2

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura e só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

O nível de risco do fundo pode variar entre 1 (risco mínimo) e 7 (risco máximo). Um risco mais baixo implica potencialmente uma remuneração mais baixa e um risco mais alto implica potencialmente uma remuneração mais alta. O investimento em fundos pode implicar a perda do capital investido caso o fundo não seja de capital garantido.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes a valorização do capital investido, obtendo ganhos através do investimento em instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujo retorno dependa maioritariamente das taxas de juro de curto prazo dos mercados da Zona Euro.

O fundo investe predominantemente nos mercados regulamentados dos países da União Europeia e, complementarmente, nos mercados organizados dos Estados Unidos da América, Noruega e Suíça.

O fundo deterá, no mínimo, 2/3 do seu valor líquido global investido, direta ou indiretamente, em obrigações, emitidas por entidades privadas ou emitidas/garantidas por entidades públicas ou organismos internacionais, com elevada qualidade de crédito (*Investment Grade*).

Investe maioritariamente em obrigações de taxa variável e no máximo 25% do seu valor líquido global em obrigações de taxa fixa.

O fundo não investe em ações ordinárias. Não procura exposição preferencial a um país ou setor de atividade.

O fundo poderá utilizar instrumentos financeiros derivados para cobertura de riscos e para exposição adicional, sem que da mesma resulte uma exposição ao ativo subjacente superior a 100% do seu valor líquido global. A estratégia de investimento do fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

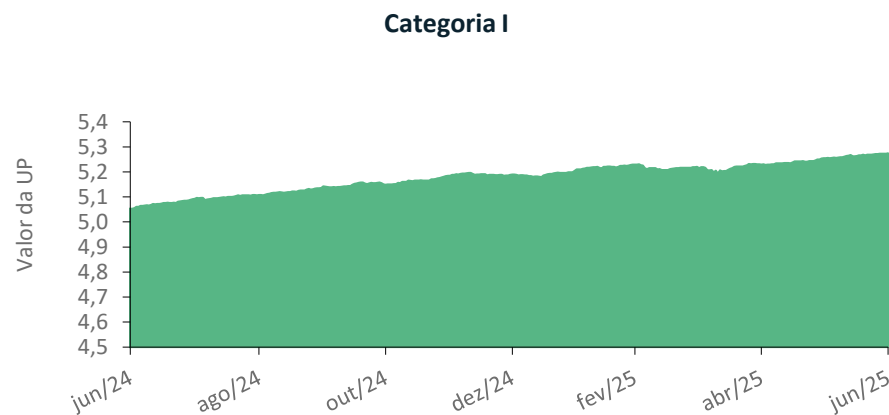
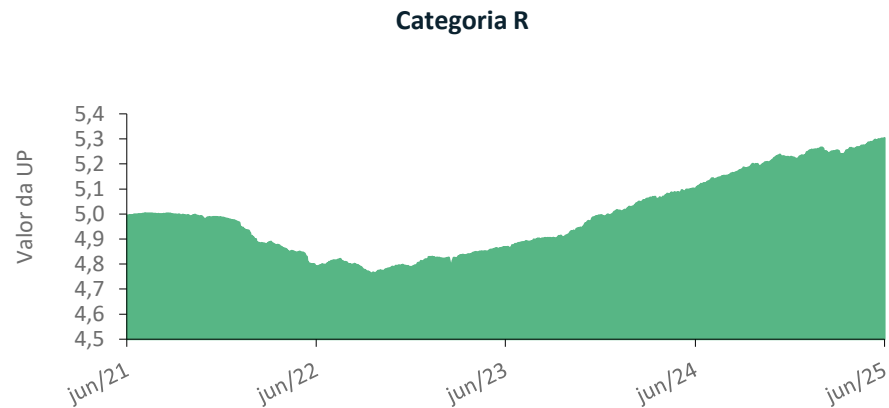
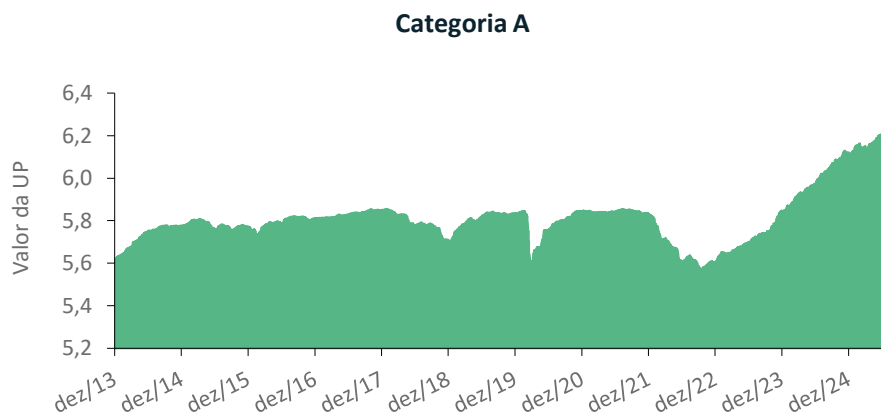
Os ativos são selecionados essencialmente considerando o seu potencial de retorno face à qualidade dos emitentes e ao contexto macroeconómico em que se inserem, privilegiando empresas que adotam as melhores práticas ao nível do Governo, Direitos Humanos e Ambiente, no universo de emitentes, e abstendo-se de investir em entidades cuja maioria das receitas sejam provenientes de atividades em setores controversos, nomeadamente jogo, armas controversas, tabaco e carvão térmico.



EVOLUÇÃO DAS COTAÇÕES

As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rentabilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2021	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2024	30.06.2025
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A					
Nº. UP's em circulação	52 766 025,3494	44 011 568,2849	38 829 584,6067	38 121 515,2836	40 797 682,7896
Valor Unitário UP (Euro)	5,8327	5,6046	5,8473	6,1201	6,2082
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R					
Nº. UP's em circulação	200,4009	200,4009	90 734,5957	694 762,3228	749 934,3664
Valor Unitário UP (Euro)	4,9859	4,7883	4,9954	5,2285	5,3038
IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I					
Nº. UP's em circulação	-	-	-	1 040 000,0000	1 040 000,0000
Valor Unitário UP (Euro)	-	-	-	5,1890	5,2745

DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

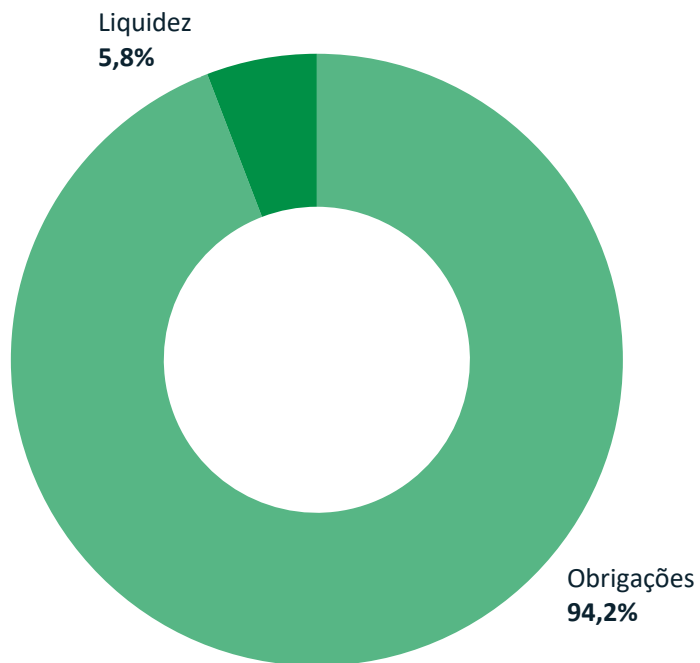
30.06.2025

Valores mobiliários	258 207 215
Saldos bancários	2 687 780
Outros ativos	2 619 639
Total dos ativos	263 514 634
Passivos	774 433
Valor Líquido de Inventário	262 740 201

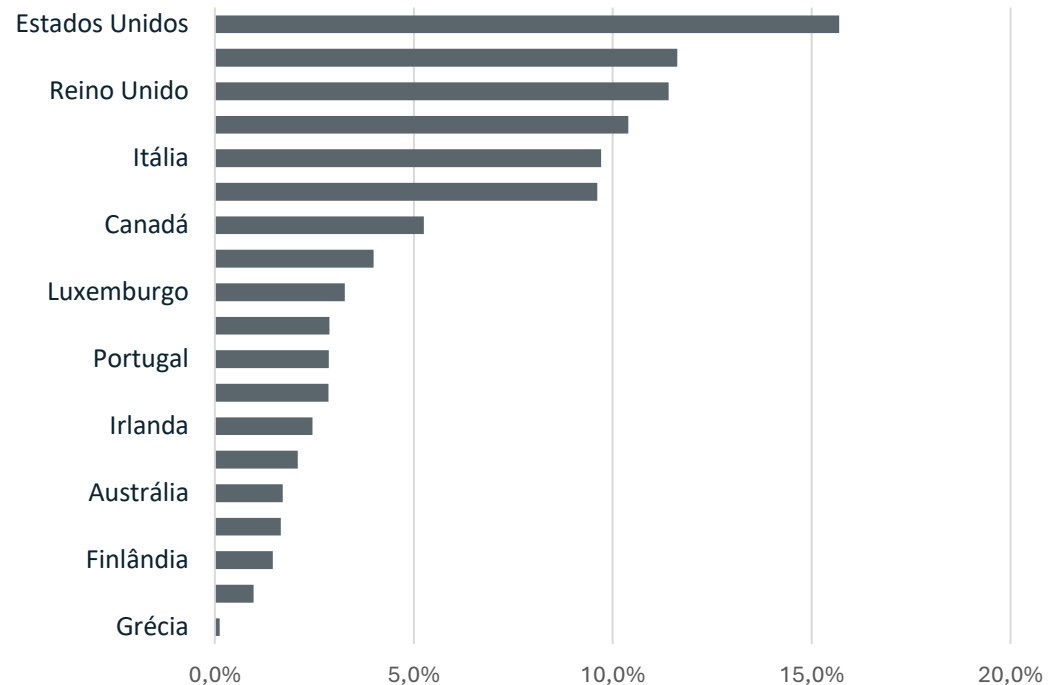


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Carteira Ativos



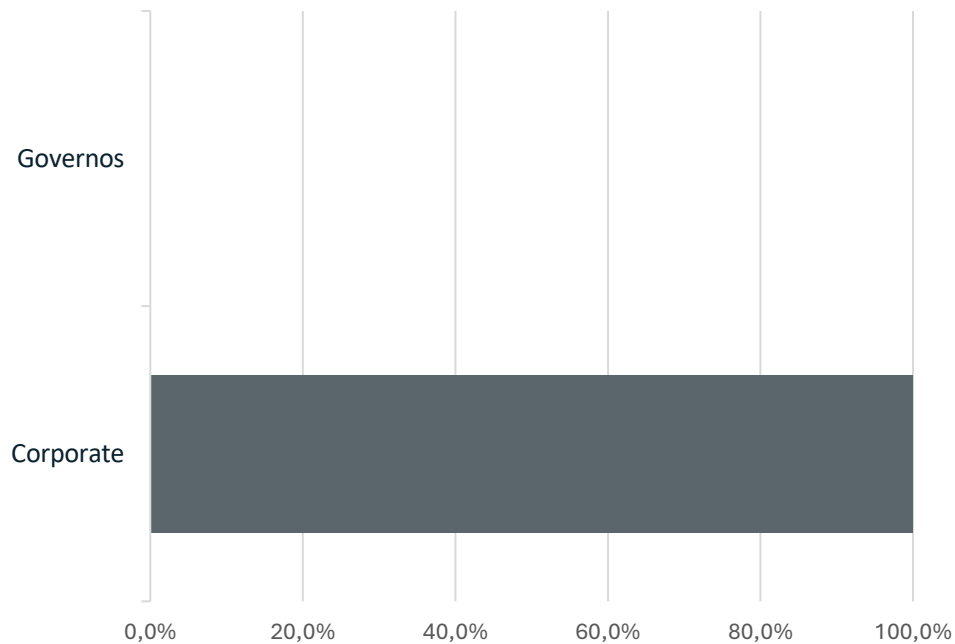
País



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

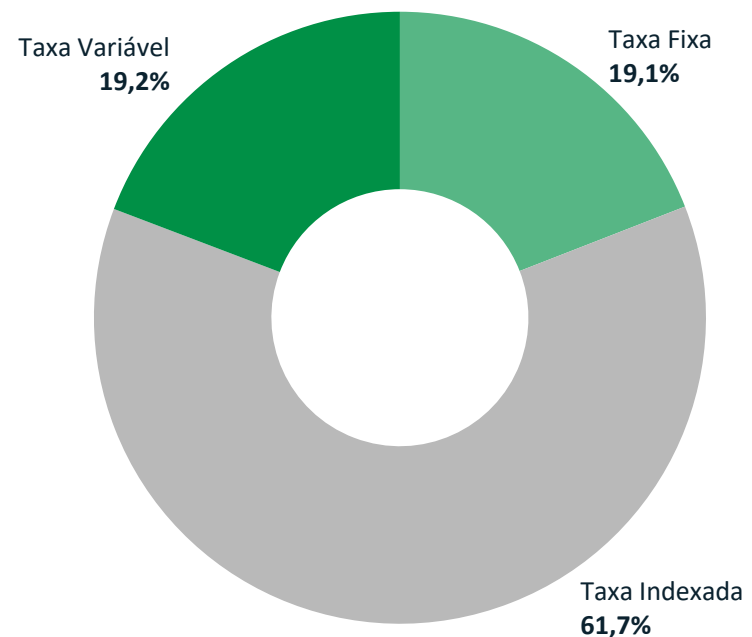
COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

Tipo de Emitente



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

Tipo Cupão



Valores mobiliários e instrumentos do mercado monetário

TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>	13 798 326	124 002		13 922 328	146 723	14 069 051	5%
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>	211 253 849	1 261 838	128 251	212 387 437	1 651 896	214 039 333	82%
<i>O.M. Regulamentados Estados UEs</i>	5 002 460	4 790	-	5 007 250	15 417	5 022 667	2%
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>	14 723 481	62 390	6 041	14 779 830	75 464	14 855 294	6%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO							
	11 644 280	466 090		12 110 370	-	12 110 370	5%
TOTAL	256 422 396	1 919 110	134 292	258 207 215	1 889 500	260 096 715	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	4 029 791
Outros investimentos	1 070
Mais-valias de investimento	4 009 248
Custos	
Custos de gestão	(800 995)
Custos de depósito	(62 339)
Outros encargos, taxas e impostos	(120 503)
Menos-valias de investimentos	(3 456 094)
Custos de negociação	(5 199)
Lucro líquido	3 594 979
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	36 331 446
Resgates	(19 520 998)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT A		IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT R		IMGA EURO TAXA VARIÁVEL CAT I	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2023	227 047 072	5,8473	453 249	4,9954	-	-
31.12.2024	233 305 774	6,1201	3 632 508	5,2285	5 396 492	5,1890
30.06.2025	253 277 394	6,2082	3 977 428	5,3038	5 485 379	5,2745

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2024	Compras	Vendas	+/- Valias	30.06.2025
Operações Cambiais					
Operações Sobre Taxas de Juro	(31 774 545)	111 737 160	(110 009 200)	(80 415)	(30 127 000)
Operações Sobre Cotações					



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

		ATIVO				
Código	Designação	30-06-2025			31-12-2024	
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido
	Outros Ativos					
32	Ativos Fixos Tangíveis das SIM					
33	Ativos Intangíveis das SIM					
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>					
	Carteira de Títulos					
21	Obrigações	244 778 116	1 453 020	(134 292)	246 096 845	227 387 701
22	Ações					
23	Outros Títulos de Capital					
24	Unidades de Participação	11 644 280	466 090		12 110 370	11 249 423
25	Direitos					
26	Outros Instrumentos da Dívida					
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	<u>256 422 396</u>	<u>1 919 110</u>	<u>(134 292)</u>	<u>258 207 215</u>	<u>238 637 124</u>
	Outros Ativos					
31	Outros ativos					
	<i>Total de Outros Ativos</i>					
	Terceiros					
411+...+418	Contas de Devedores	728 477			728 477	495 445
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	<u>728 477</u>			<u>728 477</u>	<u>495 445</u>
	Disponibilidades					
11	Caixa					
12	Depósitos à Ordem	2 587 780			2 587 780	1 646 537
13	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso	100 000			100 000	100 000
14	Certificados de Depósito					
18	Outros Meios Monetários					
	<i>Total das Disponibilidades</i>	<u>2 687 780</u>			<u>2 687 780</u>	<u>1 746 537</u>
	Acréscimos e diferimentos					
51	Acréscimos de Proveitos	1 891 162			1 891 162	1 989 285
52	Despesas com Custo Diferido					
53	Outros acréscimos e diferimentos	0			0	0
59	Contas transitórias ativas					
	<i>Total da Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	<u>1 891 162</u>			<u>1 891 162</u>	<u>1 989 285</u>
	TOTAL DO ATIVO	<u>261 729 815</u>	<u>1 919 110</u>	<u>(134 292)</u>	<u>263 514 634</u>	<u>242 868 390</u>
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe A				40 797 683	38 121 515
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe I				1 040 000	1 040 000
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe R				749 934	694 762

		PASSIVO	
Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
	Capital do OIC		
61	Unidades de Participação	212 910 800	199 274 439
62	Variações Patrimoniais	(228 957)	(3 403 044)
64	Resultados Transitados	46 463 379	36 243 413
65	Resultados Distribuídos		
67	Dividendos Antecipados das SIM		
66	Resultados Líquidos do Período	3 594 979	10 219 966
	<i>Total do Capital do OIC</i>	<u>262 740 201</u>	<u>242 334 774</u>
	Provisões Acumuladas		
481	Provisões para Encargos		
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>		
	Terceiros		
421	Resgates a Pagar a Participantes	414 013	179 391
422	Rendimentos a Pagar a Participantes		
423	Comissões a Pagar	157 062	153 126
424+...+429	Outras contas de Credores	200 308	198 023
43+12	Empréstimos Obtidos		
44	Pessoal		
46	Acionistas		
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>	<u>771 383</u>	<u>530 541</u>
	Acréscimos e diferimentos		
55	Acréscimos de Custos	3 050	3 075
56	Receitas com Provento Diferido		0
58	Outros Acréscimos e Diferimentos		
59	Contas transitórias passivas		
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>	<u>3 050</u>	<u>3 075</u>
	TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO	<u>263 514 634</u>	<u>242 868 390</u>
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe A	6.2082	6.1201
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe I	5.2745	5.1890
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe R	5.3038	5.2285



(valores em Euro)

EXTRAPATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO DE 2025 E 31 DE DEZEMBRO DE 2024

DIREITOS SOBRE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>		
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	30 127 000	31 774 545

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS

Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	31-12-2024
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	30 127 000	31 774 545
	<i>Total</i>	30 127 000	31 774 545
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	30 127 000	31 774 545
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA		



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

CUSTOS E PERDAS			
Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	30-06-2024
	Custos e Perdas Correntes		
	Juros e Custos Equiparados		
711+718	De Operações Correntes		
719	De Operações Extrapatrimoniais		
	Comissões e Taxas		
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	5 199	4 890
724+...+728	Outras Operações Correntes	882 661	781 029
729	De Operações Extrapatrimoniais		
	Perdas em Operações Financeiras		
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	293 868	600 427
731+738	Outras Operações Correntes		
739	Em Operações Extrapatrimoniais	3 162 225	2 221 210
	Impostos		
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos Patrimoniais		
7411+7421	Impostos Indirectos	98 126	85 833
7412+7422	Outros impostos		
7418+7428	Provisões do Exercício		
751	Provisões para Encargos		
77	Outros Custos e Perdas Correntes	3 050	3 075
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<u>4 445 130</u>	<u>3 696 464</u>
79	Outros custos e perdas das SIM		
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>		
	Custos e Perdas Eventuais		
781	Valores Incobráveis		
782	Perdas Extraordinárias		
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>		
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício		
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<u>3 594 979</u>	<u>4 644 786</u>
	TOTAL	<u><u>8 040 109</u></u>	<u><u>8 341 250</u></u>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 639 535	4 793 891
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	(68 830)	641 350
B-A	Resultados Correntes	3 593 909	4 630 179

PROVEITOS E GANHOS			
Código	Designação	Períodos	
		30-06-2025	30-06-2024
	Proveitos e Ganhos Correntes		
	Juros e Proveitos Equiparados		
812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	4 022 749	4 258 677
811+814+827+818	De Operações Correntes	7 042	64 875
819	De Operações Extrapatrimoniais		
	Rendimento de Títulos		
822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos		
829	De Operações Extrapatrimoniais		
	Ganhos em Operações Financeiras		
832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	915 853	1 140 530
831+838	Outras Operações Correntes		
839	Em Operações Extrapatrimoniais	3 093 395	2 862 561
	Reposição e Anulação de Provisões		
851	Provisões para Encargos		
87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	0	0
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<u>8 039 039</u>	<u>8 326 643</u>
89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM		
	<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>		
	Proveitos e Ganhos Eventuais		
881	Recuperação de Incobráveis		
882	Ganhos Extraordinários		13 397
883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores		
888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	1 070	1 210
	<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<u>1 070</u>	<u>14 607</u>
66	Resultado Líquido do Período (se<0)		
	TOTAL	<u><u>8 040 109</u></u>	<u><u>8 341 250</u></u>
F - E	Resultados Eventuais	1 070	14 607
B+D+F-A-C-E+74X1	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	3 594 979	4 644 786
B+D-A-C	Resultados Líquidos do Período	3 594 979	4 644 786



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-2025		30-jun-2024	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC				
RECEBIMENTOS:		36 331 446		17 111 543
Subscrição de unidades de participação	36 331 446		17 111 543	
PAGAMENTOS:		19 286 376		27 944 802
Resgates de unidades de participação	19 286 376		27 944 802	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		17 045 070		(10 833 259)
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ativos				
RECEBIMENTOS:		145 836 406		235 000 616
Venda de títulos e outros ativos	142 021 352		224 303 379	
Reembolso de títulos e outros ativos	134 357		7 277 206	
Juros e proveitos similares recebidos	3 680 697		3 420 031	
PAGAMENTOS:		160 664 906		233 982 936
Compra de títulos e outros ativos	159 958 531		224 475 066	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	700 105		9 501 743	
Comissões de corretagem	3 666		3 722	
Outras taxas e comissões	8		66	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 595		2 339	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(14 828 500)		1 017 680
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS				
RECEBIMENTOS:		8 255 324		7 724 065
Operações de taxa de juro	3 090 425		2 821 805	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	952 902		1 242 681	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	4 211 996		3 659 580	
PAGAMENTOS:		8 562 596		8 267 326
Operações de taxa de juro	3 161 590		2 218 250	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	1 047 225		1 437 607	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	4 353 781		4 611 468	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(307 272)		(543 260)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE				
RECEBIMENTOS:		5 589		190 097
Juros de depósitos bancários	5 589		190 097	
PAGAMENTOS:		974 714		881 596
Comissão de gestão	826 868		747 424	
Comissão de depósito	64 437		57 780	
Taxa de supervisão	21 955		19 927	
Impostos e taxas	61 455		56 465	
Fluxo das operações de gestão corrente		(969 125)		(691 498)
OPERAÇÕES EVENTUAIS				
RECEBIMENTOS:		1 070		14 607
Ganhos extraordinários	1 070		14 607	
PAGAMENTOS:		0		0
Fluxo das operações eventuais		1 070		14 607
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		941 243		(11 035 731)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		1 746 537		16 648 544
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		2 687 780		5 612 813





i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

INTRODUÇÃO

A constituição do IMG A Euro Taxa Variável – Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 16 de março de 2011, tendo iniciado a sua atividade em 23 de maio de 2011. É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado, e tem como finalidade proporcionar aos seus participantes as melhores condições de rentabilidade e liquidez, segundo os critérios e perspetivas da entidade responsável pela gestão, através do investimento em instrumentos financeiros, predominantemente de médio e longo prazo, cujas taxas de rendimento dependam maioritariamente das taxas de juro de curto prazo dos mercados da zona Euro.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O capital do OIC é representado por partes de conteúdo idêntico, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos seus detentores. As unidades de participação são nominativas e adotam a forma escritural. Para efeitos de movimentação, as unidades de participação são fracionadas até à quarta casa decimal.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação da Categoria A foi de cinco euros. Para efeitos de constituição das Categorias I e R o valor inicial é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2025, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

(Valores em Euro)

Descrição	31-12-2024	Subscrições			Resgates			Outros	Resultados do Exercício	30-06-2025
		Categoria A	Categoria I	Categoria R	Categoria A	Categoria I	Categoria R			
Valor base	199 274 439	27 709 618	-	2 053 129	(14 348 567)	-	(1 777 821)			212 910 800
Diferença p/Valor Base	(3 403 044)	6 457 559	-	111 139	(3 299 244)	-	(95 367)			(228 957)
Resultados acumulados	36 243 413						10 219 966			46 463 379
Resultados do período	10 219 966						(10 219 966)	3 594 979		3 594 979
SOMA	242 334 774	34 167 178	-	2 164 269	(17 647 811)	-	(1 873 187)	-	3 594 979	262 740 201
Nº de Unidades participação										
Categoria A	38 121 515	5 545 881			(2 869 713)					40 797 683
Categoria I	1 040 000		-			-				1 040 000
Categoria R	694 762			411 449			(356 277)			749 934
Valor Unidade participação										
Categoria A	6.1201									6.2082
Categoria I	5.1890									5.2745
Categoria R	5.2285									5.3038

Em 30 de junho de 2025 existiam 66 714 unidades de participação com pedidos de resgate em curso.



O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria A			Categoria R			Categoria I			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2025	30-06-25	6.2082	253 277 394	40 797 683	5.3038	3 977 428	749 934	5.2745	5 485 379	1 040 000	262 740 201	42 587 617
	31-03-25	6.1455	243 594 305	39 638 327	5.2502	4 343 179	827 254	5.2158	5 424 388	1 040 000	253 361 872	41 505 581
Ano 2024	31-12-24	6.1201	233 305 774	38 121 515	5.2285	3 632 508	694 762	5.1890	5 396 492	1 040 000	242 334 774	39 856 278
	30-09-24	6.0643	218 049 261	35 956 340	5.1809	1 460 505	281 905	5.1364	5 341 774	1 040 000	224 851 540	37 278 245
	30-06-24	5.9717	214 870 892	35 981 801	5.1017	1 087 996	213 262	5.0533	5 255 400	1 040 000	221 214 288	37 235 063
	31-03-24	5.9250	213 341 590	36 007 561	5.0618	805 744	159 184	5.0092	5 209 566	1 040 000	219 356 901	37 206 745
Ano 2023	31-12-23	5.8473	227 047 072	38 829 585	4.9954	453 249	90 735	-	-	-	227 500 321	38 920 319
	30-09-23	5.7409	231 497 152	40 324 885	4.9045	186 146	37 955	-	-	-	231 683 298	40 362 839
	30-06-23	5.6971	237 680 087	41 720 103	4.8672	110 399	22 683	-	-	-	237 790 486	41 742 785
	31-03-23	5.6555	241 857 532	42 765 519	4.8316	63 216	13 084	-	-	-	241 920 748	42 778 603

Em 30 de junho de 2025, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes		
	Categoria A	Categoria I	Categoria R
UPs ≥ 25%	-	2	-
10% ≤ UPs < 25%	-	-	-
5% ≤ UPs < 10%	-	-	5
2% ≤ UPs < 5%	1	-	9
0.5% ≤ UPs < 2%	1	-	38
UPs < 0.5%	14 876	-	88
TOTAL	14 878	2	140



3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2025, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Portuguesas</i>						
-Obrigações diversas						
Floene Energias SA 4.875 07/03/28	1 996 000	97 920	-	2 093 920	96 699	2 190 619
Intesa Sanpaolo SPA Float 16/04/27	4 501 426	11 579	-	4 513 005	26 738	4 539 743
Unicredit SPA Float 20/11/28	7 300 900	14 503	-	7 315 403	23 287	7 338 690
	13 798 326	124 002	-	13 922 328	146 723	14 069 051
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Abanca Corp Bancaria SA Var 14/02/31	4 480 530	3 675	-	4 484 205	54 493	4 538 698
ABN AMRO Bank NV Float 21/01/28	1 300 000	2 483	-	1 302 483	6 767	1 309 250
ABN Amro Bank NV Var 22/09/168	3 231 045	77 832	-	3 308 877	38 764	3 347 641
Aprr SA 3.125% 06/01/34	2 468 760	-	(29 635)	2 439 125	37 457	2 476 582
ArcelorMittal SA 3.125% 13/12/28	2 990 160	26 460	-	3 016 620	51 113	3 067 733
Arkema Var 21/01/169	1 958 150	18 850	-	1 977 000	13 151	1 990 151
Aust & NZ Bank Float 29/10/27	3 000 204	4 986	-	3 005 190	13 712	3 018 902
AXA SA Var 02/12/173	2 256 870	1 342	-	2 258 212	9 704	2 267 916
Banco Bilbao Vizcays ARG 4.625% Var 13/01/31	1 550 610	46 980	-	1 597 590	31 932	1 629 522
Banco BPM SPA Var 09/09/30	512 015	-	(615)	511 400	15 606	527 006
Banco de Credito Social Var 13/06/31	1 500 885	1 395	-	1 502 280	2 445	1 504 725
Banco de Sabadell SA Var 08/09/29	537 470	3 140	-	540 610	22 226	562 836
Banco Santander SA 4.875% 18/10/31	4 360 640	-	(23 800)	4 336 840	136 233	4 473 073
Bank of America Corp Float 28/01/28	4 500 000	-	(855)	4 499 145	21 192	4 520 337
Bank Of Nova Scotia Float 06/03/29	4 399 902	-	(3 026)	4 396 876	7 949	4 404 825
Banque Fed Cred Mutuel Float 28/02/28	4 397 800	2 640	-	4 400 440	10 321	4 410 761
Belfius Bank SA/NV 3.375% 20/02/31	1 605 360	-	(3 456)	1 601 904	19 233	1 621 137
Belfius Bank SA/NV Float 13/09/27	1 200 000	1 788	-	1 201 788	1 390	1 203 178
BNP Paribas Float 20/03/29	5 897 586	5 482	-	5 903 068	4 530	5 907 598
BNP Paribas Var 06/06/73	1 296 000	1 872	-	1 297 872	5 425	1 303 297
CA AutoBank SPA IE Float 27/01/28	4 506 286	-	(1 651)	4 504 635	23 318	4 527 953
CaixaBank SA Float 26/06/29	6 500 360	6 140	-	6 506 500	1 912	6 508 412
Cepsa Finance SA 4.125% 11/04/31	1 992 260	48 460	-	2 040 720	18 082	2 058 802
Citigroup Inc Float 29/04/29	6 517 550	30 615	-	6 548 165	36 651	6 584 816
Coca-Cola HBC Finance BV 3.125% 20/11/32	3 673 981	-	(27 964)	3 646 017	70 325	3 716 342
Commerzbank AG Float 03/03/28	3 201 700	-	(1 220)	3 200 480	6 026	3 206 506
Cooperative Rabobank UA Float 16/07/28	4 695 982	1 903	-	4 697 885	27 264	4 725 149
Cooperative Rabobank UA Var 29/12/167	2 941 000	70 190	-	3 011 190	380	3 011 570
Credit Agricole SA Var 23/12/172	3 319 465	46 161	-	3 365 626	2 608	3 368 234
CRL Credito Agricola Mut Var 29/01/30	1 396 944	17 210	-	1 414 154	21 134	1 435 288
Danske Bank A/S Float 10/04/29	4 502 250	-	(2 610)	4 499 640	29 292	4 528 932
Danske Bank A/S Var 09/01/32	1 651 664	-	(2 944)	1 648 720	29 216	1 677 936
El Corte Ingles 4.25% 26/06/31	4 001 584	139 216	-	4 140 800	1 863	4 142 663
Enagas Financiaciones SA 3.625% 24/01/34	599 406	-	(558)	598 848	9 355	608 203
ENBW Energie Baden-WU 5.25% VAR 23/01/84	1 519 110	66 345	-	1 585 455	34 089	1 619 544
ENI SPA 4.25% 19/05/33	3 128 070	9 150	-	3 137 220	14 671	3 151 891
ENI SPA Var 13/10/172	918 360	56 230	-	974 590	24 041	998 631
Fidelidade Seguros PT Var 29/11/172	3 456 720	6 096	-	3 462 816	21 742	3 484 558
Goldman Sachs Group Inc Float 23/01/29	7 113 295	905	-	7 114 200	40 005	7 154 205

(valores em Euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1. VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
<i>M.C.O.B.V. Estados Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
HSBC Holdings PLC Var 10/03/32	1 511 454	-	(7 490)	1 503 964	20 564	1 524 528
ING Groep NV Var 23/05/34	2 176 200	-	(18 760)	2 157 440	9 890	2 167 330
John Deere Capital Corp 3.45% 16/07/32	398 928	9 164	-	408 092	13 195	421 287
JP Morgan Chase & CO Float 06/06/28	2 504 180	620	-	2 504 800	4 283	2 509 083
KBC Group NV 4.375% 06/12/31	4 149 236	17 797	-	4 167 033	96 298	4 263 331
Leasys SPA Float 29/01/27	3 003 300	-	(1 620)	3 001 680	14 782	3 016 462
Lloyds Banking Group PLC Float 04/03/28	3 603 000	492	-	3 603 492	6 783	3 610 275
MAGEL 4 A 20/07/59	1 540 103	3 883	-	1 543 985	7 494	1 551 480
Mediobanca DI Cred Var 15/01/31	2 188 934	-	(2 046)	2 186 888	43 036	2 229 924
Mitsubishi HC CAP UK Float 30/04/26	4 901 774	1 313	-	4 903 087	23 962	4 927 049
Mizuho Financial Group Var 27/08/30	2 301 950	41 382	-	2 343 332	66 934	2 410 266
Morgan Stanley Float 05/04/28	4 801 631	27 937	-	4 829 568	29 771	4 859 339
National Bank of Canada Float 10/03/29	5 203 229	3 947	-	5 207 176	8 115	5 215 291
Nationwide BLDG Society Float 27/01/29	6 402 700	628	-	6 403 328	33 163	6 436 491
Naturgy Finance BV 3.25% 02/10/30	898 740	2 988	-	901 728	21 717	923 445
Natwest Markets PLC Float 11/06/28	3 900 000	5 382	-	3 905 382	5 259	3 910 641
Nordea Bank ABP Float 21/02/29	3 600 000	4 788	-	3 604 788	10 900	3 615 688
Nykredit Realkredit AS Var15/04/173	596 940	4 476	-	601 416	5 153	606 569
OMV AG 3.75% 04/09/36	1 985 127	27 893	-	2 013 020	61 438	2 074 458
OMV AG Var 01/09/169	1 906 000	81 960	-	1 987 960	41 370	2 029 330
Pandora A/S 3.875% 31/05/30	2 971 434	101 766	-	3 073 200	9 555	3 082 755
Piraeus Bank SA 3% 03/12/28	299 040	969	-	300 009	666	300 675
Repsol Intl Finance Var 22/03/170	967 900	19 500	-	987 400	6 849	994 249
Royal Bank of Canada Float 13/06/29	3 400 000	2 958	-	3 402 958	4 388	3 407 346
Sandoz Finance 4.22 % 17/04/30	2 933 588	11 704	-	2 945 292	23 956	2 969 248
Santander UK Plc Float 24/03/28	1 400 000	1 554	-	1 401 554	615	1 402 169
Servicios Medio Ambiente 3.715% 08/10/31	1 803 870	5 418	-	1 809 288	48 549	1 857 837
Societe Generale Var 14/05/30	2 093 196	20 622	-	2 113 818	9 126	2 122 944
Terna Rete Elettrica 3.5% 17/01/31	2 189 470	54 860	-	2 244 330	34 597	2 278 927
UBS Group AG 0.875% 03/11/31	1 039 701	87 165	-	1 126 866	7 448	1 134 314
UCI 12 A 15/06/42	15 545	3 118	-	18 663	17	18 679
US Bancorp Float 21/05/28	4 496 660	4 330	-	4 500 990	14 375	4 515 365
Volkswagen Fin Serv Float 10/06/27	2 301 750	3 011	-	2 304 761	3 501	2 308 262
Wells Fargo & Company Float 22/07/28	7 488 295	11 780	-	7 500 075	41 443	7 541 518
Westpac Banking Corp Float 14/01/28	1 200 000	888	-	1 200 888	7 081	1 207 969
	211 253 849	1 261 838	(128 251)	212 387 437	1 651 896	214 039 333
<i>O.M.Regulamentados Estados UEs</i>						
-Obrigações diversas						
Traton Finance Lux SA Float 21/08/26	5 002 460	4 790	-	5 007 250	15 417	5 022 667
	5 002 460	4 790	-	5 007 250	15 417	5 022 667
<i>M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE</i>						
-Obrigações diversas						
Barclays Plc Float 14/05/29	6 407 210	37 654	-	6 444 864	27 064	6 471 928
Toyota Motor Finance BV Float 09/02/27	3 515 225	-	(1 155)	3 514 070	14 307	3 528 377
UBS Group AG Float 12/05/29	4 000 704	24 736	-	4 025 440	16 976	4 042 416
Zimmer Biomet Holdings 3.518% 15/12/32	800 342	-	(4 886)	795 456	17 118	812 574
	14 723 481	62 390	(6 041)	14 779 830	75 464	14 855 294
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
<i>OIC domiciliados em Portugal</i>						
IMGA Money Market - CAT I	11 644 280	466 090	-	12 110 370	-	12 110 370
	11 644 280	466 090	-	12 110 370	-	12 110 370
TOTAL	256 422 396	1 919 110	(134 292)	258 207 215	1 889 500	260 096 715

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.

- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.



- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
- As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.



Impostos

O regime fiscal aplicável aos organismos de investimento coletivo (estabelecido pelo Decreto-Lei n.º 7/2015, de 13 de janeiro, alterado pela Retificação nº12/2015, de 11/03), assenta num método de tributação dos rendimentos “à saída”, ou seja, a tributação é essencialmente na esfera dos participantes.

O OIC, ainda assim, encontra-se sujeito à taxa geral de IRC sobre o seu resultado líquido apurado em cada exercício, expurgado, contudo, os rendimentos (e respetivos gastos associados) de capitais, prediais e mais-valias, tal como qualificados para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (desde que os mesmos não sejam provenientes de entidades com residência ou domicílio em país, território ou região sujeito a um regime fiscal claramente mais favorável constante da lista aprovada por portaria do membro do Governo responsável pela área das finanças, situação em que serão tributados). Não relevam, igualmente, para efeitos de determinação do lucro tributável os rendimentos, incluindo descontos, e gastos relativos a comissões de gestão e outras comissões que revertam para os fundos de investimento mobiliário, bem como os gastos não dedutíveis previstos no artigo 23.º-A do Código do IRC.

No que respeita ao Imposto do Selo, os fundos são tributados em sede deste imposto sobre o valor líquido global dos seus ativos à taxa de 0,0125%, por trimestre.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2025, o OIC tem acordado junto do Millenium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €200.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2025, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	8 349 362	-	-	-	-	8 349 362
de 1 a 3 anos	7 299 058	-	-	(10 723 000)	-	(3 423 942)
de 3 a 5 anos	35 677 594	-	-	(19 404 000)	-	16 273 594
de 5 a 7 anos	28 223 911	-	-	-	-	28 223 911
mais de 7 anos	15 428 669	-	-	-	-	15 428 669

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2025 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria A		Categoria R		Categoria I	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	811 113	0.68%	13 515	0.68%	8 407	0.31%
Comissão de Depósito	62 392	0.05%	1 040	0.05%	1 401	0.05%
Taxa de Supervisão	17 572	0.02%	292	0.02%	392	0.02%
Custos de Auditoria	2 935	0.00%	49	0.00%	66	0.00%
Imposto de selo sobre o valor do OIC	61 039	0.05%	1 017	0.05%	1 371	0.05%
Outros Custos Correntes	2 498	0.00%	42	0.00%	56	0.00%
TOTAL	957 549		15 954		11 693	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	0.80%		0.80%		0.44%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho 2025

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Euro Taxa Variável - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações (o «OIC») sob gestão da IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2025 (que evidencia um total de 263 514 634 euros e um total de capital do OIC de 262 740 201 euros, incluindo um resultado líquido de 3 594 979 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e o Anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Euro Taxa Variável - Fundo de Investimento Mobiliário Aberto de Obrigações, gerido pela IM Gestão de Ativos, Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

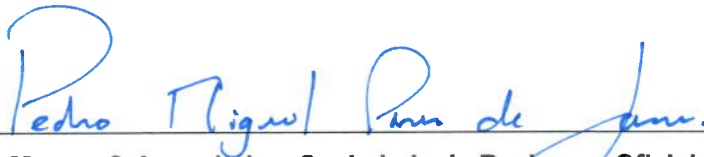
A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o Relatório de gestão

Em nossa opinião, o Relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2025



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)